

Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e onze, realizou-se nas dependências do Mini Auditório do Palácio das Araucárias, em Curitiba, Paraná, a **Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária**, sob a presidência do Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Amazonas, Dr. Carlos Lélío Lauria Ferreira, com a presença da Dra. Maria Tereza Uille Gomes, Secretária de Estado da Justiça e da Cidadania do Paraná; Dr. Alexandre Cabana, Diretor de Políticas Penitenciária do DEPEN/MJ; Dra. Gilda Pereira de Carvalho, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão; Dra. Mariana Lobo Botelho de Albuquerque, Secretária da Justiça e Cidadania do Ceará; Cel. **Waney Raimundo Vieira Filho, Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania de Roraima**, Major Francisco Mota Bernardes, Superintendente do Sistema Penitenciário do Estado do Pará; Dr. Edilson de Brito, Representante da Agência Goiana do Sistema de Execução Penal; Dr. Gelson Treiesleben, Superintendente dos Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul; Dra. Mônica Santos de Albuquerque, Chefe do Núcleo de Obras e Infraestrutura do Estado de Alagoas; Dr. Renato Pinto Medeiros, do estado de Pernambuco, representando o Secretário Executivo; Dr. Carlos Alberto Luna dos Santos, Tenente Coronel PM do Estado de Alagoas; Dr. Cezinando Vieira Paredes, Coordenador Geral do DEPEN do Estado do Paraná; Dr. Maurício Kuehne, Professor Membro Titular do Conselho Penitenciário do Estado do Paraná; Dra. Antônia Lélia Sanches, Procuradora da República do Estado do Paraná; Dr. Luiz Gastão Bittencourt, Presidente do FECOMERCIO no Estado do Ceará; Dr. Luiz Fernando Bagna; Dr. Luis Antônio Werlane e Dr. Alexandre Accioly, representantes do BRDE; Sandro Domingos da Silva, Mariane Hickmann e José Carlos Muller Filho, representantes da VERDI Construções S/A; Drs. Sérgio Luiz Grande e Walwick Grassa, engenheiros da Caixa Econômica Federal. Da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania do Paraná, participaram: Dr. Luiz Carlos Giublin Junior, engenheiro; Dra. Laura Keiko Sakai Okamura, advogada assessora de gabinete; Mariza Moreira, assessora de gabinete; Dra. Christine Zardo Coelho, advogada assessora de gabinete; Dra. Sonia Schober, Coordenadora de Planejamento e

Projetos; Alexandra C. Schudt, Chefe do GPS; Gustavo Almeida Prado e Dra. Shelley Rolim Cercal, advogada Secretária do Conselho Penitenciário do Estado do Paraná. A Secretária de Estado, Maria Tereza Uille Gomes, abriu a Reunião, saudando os presentes e passou a falar de algumas dificuldades que o Paraná vem enfrentando ao longo do tempo, em relação à construção de Unidades Penais no Estado. Enfatizou que atualmente, o Paraná possui 15.000 (quinze mil) presos que estão recolhidos em Cadeias Públicas e Carceragens da SESP-Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná. Mencionou que o atual Governo do Estado está processando a centralização de toda a matéria prisional na Secretaria de Justiça. A Secretária de Estado apresentou os principais temas da Reunião, quais sejam: descontingenciamento de recursos federais e modelos de arquitetura prisional. A palavra foi passada ao Presidente do CONSEJ, que agradeceu a acolhida do Paraná e a presença de todos. O Presidente afirmou que a Reunião possui uma dimensão muito maior do que se imagina, posto que a atual situação do Sistema Prisional Brasileiro é uma questão de Direitos Humanos. Que o Brasil já fora denunciado pela questão dos presos recolhidos nas Delegacias de Polícia, que segundo pesquisas nacionais, somam 50.000 (cinquenta mil) e pelas pesquisas internacionais, seriam 100.000 (cem mil). O Presidente disse que o nosso País sabe, sequer, o número certo de presos nessa situação irregular e, em sendo assim, é preciso repensar a política nacional de aprisionamento. O Presidente mencionou que a Reunião sobre o monitoramento eletrônico ocorrida na véspera, foi histórica e que nela fora acertada a criação de uma Associação de acompanhamento do monitoramento dos presos. A palavra foi passada ao Dr. Alexandre Cabana do DEPEN Nacional, que saudou todos os Secretários de Estado e acusou a presença do Dr. Maurício Kuehne, dizendo que este era o grande responsável pela sua presença ali naquele momento, bem como, destacou que o INFOPEN foi criado na gestão do Dr. Maurício na DEPEN-MJ. Afirmou que o INFOPEN é o Sistema norteador do Governo Federal para a política de distribuição de recursos para os sistemas penitenciários dos Estados. Alertou os presentes acerca do fato de que os Estados que não preencherem os dados do INFOPEN, dentro do prazo e na forma adequada, ficarão certamente

prejudicados na distribuição de verbas federais. Solicitou aos Estados que atualizem os dados referentes ao mês de abril de 2011, até o dia 12 de junho de 2011, pois este é o prazo final, sendo que todos os aportes federais aos Sistemas Prisionais Estaduais serão baseados nos dados estatísticos do INFOPEN. O Dr. Alexandre Cabana prosseguiu afirmando que a Presidente da República é bastante técnica e prática e que seu governo é movido por relatórios e planilhas. Diante disso, o representante do DEPEN Nacional alertou os presentes, para o fato de que a Presidente, certamente, vai analisar os dados do INFOPEN, antes de decidir sobre o repasse de verbas federais aos projetos dos Departamentos Penitenciários dos Estados. Destacou que, como possível solução à superlotação, os governos federal e estaduais devem investir seriamente em penas e medidas alternativas, assim como, que na criação de novas vagas, destacadamente, mediante a construção de Cadeias Públicas. O Dr. Alexandre Cabana informou aos presentes que o Departamento Penitenciário Nacional está negociando com a Casa Civil da União, o repasse de uma parte das verbas do Programa PAC II, no montante de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), para a criação de vagas nos Sistemas Penitenciários dos Estados. Que as negociações ainda não foram concluídas. Informou ainda, que o descontingenciamento de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) do Fundo Nacional para a criação de vagas nos Estados, foi negado pelo Ministério do Planejamento, mas que o DEPEN Nacional vai continuar tentando a liberação do recurso. Neste sentido, a Procuradora da República Dra. Antonia Lélia Sanches, afirmou que o Ministério Público Federal pode contribuir nas negociações junto ao Ministério do Planejamento. A Secretária de Estado da Justiça e da Cidadania do Paraná, Dra. Maria Tereza Uille Gomes, pediu a palavra e perguntou de que forma seria realizado o repasse dos valores, no caso do descontingenciamento ser autorizado, bem como, perguntou a respeito do cálculo de custo-vaga e da possibilidade do descontingenciamento ser autorizado por Medida Provisória do Governo. O Dr. Alexandre Cabana respondeu que o custo médio por vaga é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e que a Medida Provisória seria, sim, uma possibilidade. Prosseguiu com a palavra, para alertar os Secretários de Estado para o fato de

que as Unidades Penais que não tiverem planejamento organizado e adequado, não receberão verbas e exemplificou o caso da Unidade Penal “Urso Branco”, no Estado de Rondônia, onde as condições de recolhimento dos presos são sub-humanas. O Presidente pediu a palavra e afirmou que o dinheiro, na realidade, pertence aos Estados e, por esta razão, seria descabido ficar pedindo ao Ministério do Planejamento. Informou que já houve denúncia do caso ao Ministério Público Federal e que o ofício sequer fora respondido. A Procuradora da República, Antonia Lélia Sanches, respondeu que não tinha conhecimento do fato e que irá interferir a favor dos estados, pois atua na área de Direitos Humanos, no Paraná. Com a palavra o Diretor do DEPEN Nacional, que esclareceu aos presentes que os estados constroem 95% de suas vagas, com recursos próprios. Que, quando há recursos federais envolvidos, a Caixa Econômica Federal burocratiza o processo, pois não domina a arquitetura e a engenharia prisional. Às 11:10 horas teve início um intervalo e às 11:25 horas a Reunião foi reiniciada pela Dra. Maria Tereza Uille Gomes, que mencionou a apresentação do Projeto Penitenciária Jovens Adultos e a existência de 15.000 (quinze mil) presos em Cadeias Públicas no Estado do Paraná. Afirmou que o Estado vem realizando estudos a respeito e que a idéia de cela pré- moldada pode ser uma solução de construção de vagas, pois reduz o prazo de entrega das obras. Declarou que o tempo de execução da obra deve ser abreviado. A Secretária de Estado apresentou aos presentes a planta baixa de Implantação da Unidade de Jovens Adultos no Paraná, destacando que as celas foram concebidas para abrigar seis ou oito presos. Representantes de alguns Estados apresentaram sugestões para construções de Unidades prisionais, de modo que sejam seguras, baratas, bem como, que o projeto deve ser adequado para evitar situações ruins como as que ocorrem na Unidade Urso Branco. Alguns dos presentes apresentaram questões acerca do custo e do prazo de construção do Projeto, bem como sobre a infraestrutura. A Secretária de estado respondeu que o prazo informado foi de dois a três anos. O representante da Caixa Econômica Federal, Dr. Walmir Grassa, tomou a palavra e afirmou que na engenharia não demora tanto tempo assim. Que a Caixa não fiscaliza a obra, mas apenas o projeto.

Afirmou que a obra é fiscalizada pelos Estados. Com a palavra os representantes da VERDI Construções S/A, os quais passaram à apresentação do Projeto SISCOOPEN – Sistema Construtivo Penitenciário. A apresentação destacou que o projeto enfoca as condições de habitabilidade das celas e a segurança dos agentes penitenciários, bem como que se trata de produto industrializado, o que implica em curto prazo de entrega. A palavra foi passada ao Presidente do Conselho, Dr. Carlos Lélío Lauria Ferreira, que anunciou a presença da Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão e Sub-Procuradora Geral da República, Dra. Gilda Pereira de Carvalho. O Presidente passou a palavra ao Representante da C.E.F, que explicou todos os seus procedimentos e exigências. Iniciou dizendo que os Estados são responsáveis pela infraestrutura das obras (água, luz, esgoto e acesso pavimentado) e que os engenheiros da Caixa analisam os processos de licitação dos projetos e que não autorizam licitação dirigida, em que haja um único fornecedor. Alertou que os projetos devem estar em conformidade com as normas da ABNT, bem como, que devem ser observadas as regras para o licenciamento ambiental. Alegou que todo esse processo justificaria os longos prazos. O Representante do DEPEN Nacional tomou a palavra para esclarecer que somente o Estado pode decidir em questões de licitação. Que a CEF não pode negar as autorizações, conforme foi dito, posto que, não é da sua competência interferir nos processos licitatórios dos Estados. Que a responsabilidade é das Secretarias de Estado e que se um Secretário de Justiça decide dispensar a licitação, à Caixa Econômica Federal, não compete interferir. O Superintendente do Sistema Penitenciário do Estado do Pará, Major Francisco Mota Bernardes, pediu a palavra e afirmou que no seu Estado, as negociações com a CEF são mais fáceis. O Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania de Roraima, Cel. Waney Raimundo Vieira Filho, afirmou que deve haver uma parceria entre a Caixa Econômica Federal e as Secretarias de Estado. Às 13:00 horas a Reunião foi interrompida para intervalo de almoço, com retorno previsto para às 14:30 horas. No horário previsto, a Dra. Édina Maria Silva de Paula, Diretora Geral da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania do Paraná, reiniciou a Reunião, passando a palavra aos representantes da empresa Brasil

SAT, que fizeram sua apresentação do Projeto Celas Prisionais, destacando que o projeto envolve celas pré-fabricadas em concreto armado ao preço médio de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por cela, mais custo com infraestrutura. A Empresa apresentou também, um sistema de bloqueio de sinal de aparelhos celulares, por meio de antenas. O Coordenador Geral do DEPEN do Estado do Paraná, Dr. Cezinando Vieira Paredes, explicou aos presentes que o Paraná utilizou o referido projeto na construção do Centro de Observação Criminológica e Triagem -COCT 02, sendo que o resultado foi satisfatório. Em contrapartida, o Superintendente dos Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul, Dr. Gelson Treiesleben, afirmou que o projeto apresentado possui problemas de aeração. Que os presos não recebem ventilação adequada, sendo que o Conselho Nacional de Justiça, já registrou reclamações do excesso de calor no interior das celas, bem como, que o sistema de iluminação externa prejudica o sono dos presos, à noite. O Dr. Renato Pinto Medeiros, representante do Estado de Pernambuco, solicitou maiores informações sobre o sistema de bloqueio de aparelhos celulares, tendo recebido a resposta de que o sistema adota antenas bastante altas que bloqueiam o sinal em todo o local da Unidade Prisional, a um preço de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais). A empresa esclareceu que o Paraná já possui uma antena, mas que ainda não está em funcionamento. O Presidente do CONSEJ tomou a palavra para dizer que no Estado do Amazonas, existe uma antena dessas e que o bloqueador apresenta problemas de funcionamento, bem como, que o custo foi maior do que o alegado. Com a palavra a Dra. Gilda Pereira de Carvalho, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, que cumprimentou o Presidente do Conselho, os Secretários de Estado e as demais autoridades presentes. Afirmou que pediu um espaço na Reunião, na condição de Defensora dos Direitos Humanos, mencionando que recebera diversas denúncias de violação aos direitos humanos no Sistema Prisional Brasileiro, que é considerado, muitas vezes, desumano. Declarou que os dirigentes deveriam fazer constar de suas agendas, uma reflexão acerca dos direitos humanos dos presos. Que o Brasil é objeto de demanda a esse respeito, nos Fóruns Internacionais, dizendo que, em visita que fez a algumas Unidades

Prisionais pelo País, ela pode observar desrespeito à dignidade humana, de Norte a Sul. A Procuradora pediu “*que seja dado um basta*” a tudo isso e mencionou o caos da superlotação dos presídios, o que diminui a condição de cidadãos brasileiros dos internos. Prosseguiu dizendo que as regras mínimas da ONU não estão sendo seguidas, que a Constituição Federal Brasileira é maravilhosa, mas não vem sendo respeitada. Pediu *que se cumpra o ordenamento jurídico brasileiro* e perguntou aos Secretários de Estado quais são os problemas enfrentados, que justifiquem as condições atuais. Expressou seu desejo de conhecer a realidade, para que possa melhor entender e ajudar os Estados, visando o respeito aos direitos humanos dos presos. A representante do Ministério Público Federal, prosseguiu afirmando que a verba que os Estados recebem da União é ínfima e insuficiente e perguntou a razão disso. Falou aos Secretários de Estado que cobrassem mais de seus governos, no sentido de corrigir essa situação, bem como, que seja chamada a atenção dos governantes para a questão prisional do País, a qual é urgente em face da superlotação dos presídios. A Procuradora recebeu aplausos de todos e encerrou seu discurso. Com a palavra a Dra. Maria Tereza Uille Gomes, que agradeceu à Procuradora Federal e disse que os Estados sofrem com as dificuldades e sugeriu a criação de uma Comissão ou de um Comitê para estudos e criação de um projeto padrão de Cadeias Públicas, módulos de celas e Colônia Penal Industrial. Afirmou que reformar e/ou construir novas celas em Cadeias já existentes, pode diminuir os custos. Mencionou que a referida Comissão ou Comitê, deveria estudar diversas gestões de penitenciárias, colônias industriais e cadeias públicas, bem como, analisar a questão do monitoramento eletrônico dos presos, verificando se há tecnologias que sejam menos onerosas. A Secretária do Estado do Paraná, prosseguiu afirmando que a liberação de verbas deve ser agilizada e solicitou o auxílio do Ministério Público Federal, para que intervenha junto ao Governo Federal, no sentido de chamar a atenção da União para os problemas do Sistema Prisional, ouvindo o clamor dos Estados. Esclareceu que, hoje, aproximadamente 100.000 encarcerados estão recolhidos de forma irregular no Brasil e que esse é um problema que precisa ser resolvido. Que as Secretarias de Justiça devem estar

com seus projetos concluídos e prontos para receber os recursos federais, quando estes estiverem liberados e que os projetos devem atentar ao binômio tempo e preço das construções. O Dr. Alexandre Cabana pediu a palavra e afirmou que o Fundo Penitenciário Nacional possui R\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de reais) e que esse valor é destinado para a política penitenciária. Que o dinheiro é dos Estados e que não deve ser considerado *superávit*. Mas, que o atual Governo Federal, como dito anteriormente, é um governo técnico e criterioso, sendo que a Presidente Dilma Rousseff, exige critérios e projetos para a liberação de recursos. Que as verbas serão concedidas conforme dados estatísticos e projetos apresentados pelos Estados. Destacou o fato de que o histórico de gestão dos Estados é ruim. Mencionou mais uma vez o caso da Unidade “Urso Branco”, a qual sofreu denúncias de maus tratos para com os seus internos, afirmando que os governos estaduais recebem dinheiro federal e não concretizam seus projetos e que há muita obra parada no País. Alegou que esse problema interfere na decisão do Ministério do Planejamento, a respeito do descontingenciamento dos recursos do Fundo Penitenciário Nacional. O Presidente do CONSEJ tomou a palavra para dizer que não pode haver generalização, que não é justo que todos paguem pelos erros de alguns e reforçou que o dinheiro pertence aos Estados. O Representante do Estado de Goiás, Dr. Edilson Brito, pediu a palavra e disse que Goiás possui doze mil presos atualmente e que o Estado vem criando vagas ao custo de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), através da construção de celas de tijolos para abrigar presos de menor periculosidade. Que o Estado já possui catorze celas de baixo custo, funcionando no sistema de *módulo de respeito*, inspirado no modelo espanhol, cuja gestão envolve arquitetura somada ao procedimento. Prosseguiu afirmando que deseja dividir as experiências de Goiás com os demais Estados para trocar idéias. A palavra foi passada à Secretária do Estado do Paraná, que sintetizou as deliberações desta Reunião Extraordinária do CONSEJ, quais sejam: **1) Atualização dos dados do INFOPEN ESTATÍSTICA.** Até o dia 12 de junho de 2011, todos os Estados devem atualizar os respectivos dados no Sistema; **2) Acompanhamento da atualização do INFOPEN ESTATÍSTICA:** Designar o representante do Estado de Alagoas,

Tenente Coronel PM Carlos Alberto Luna dos Santos, para mapear a situação de todos os Estados da federação junto ao INFOPEN, apresentando o diagnóstico na próxima reunião do CONSEJ. **3) Descontingenciamento dos recursos do Fundo Nacional.** O Presidente do CONSEJ, Carlos Lélcio Lauria Ferreira, deverá agendar junto à Ministra do Planejamento, uma reunião com a presença da Sub-Procuradora Geral da República, Dra. Gilda Pereira de Carvalho e de um representante do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, bem como do Departamento Penitenciário Nacional- MJ. **3) Projeto Arquitetônico:** As Secretarias de Justiça dos Estados de Goiás, Espírito Santo, Paraná e Rio Grande do Sul, ficaram responsáveis pela uniformização dos projetos arquitetônicos de Cadeia Pública e Colônia Industrial, elaborando projeto básico-padrão, ficando o estado do Paraná, na pessoa da Secretária, Maria Tereza Uille Gomes, responsável pela relatoria deste sub-grupo. O Dr. Edilson de Brito, representante da Agência Goiana do Sistema de Execução Penal, bem como os demais componentes desse sub-grupo, apresentarão um modelo de projeto para contribuir na definição de um projeto padrão. **4) Gestão de Pessoas:** As Secretarias dos Estados do Amazonas, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Roraima e Pará ficaram responsáveis por verificar modelos de Parceria Público-Privada, ou terceirização, ou concurso público, tendo o Secretário de Estado do Amazonas, sido escolhido como Relator do grupo. A Dra. Gilda Pereira de Carvalho pediu a palavra para dizer que é necessário que se atente à constitucionalidade da parceria de gestão público-privada. Que é preciso levantar a questão teórica da atividade da execução da pena. **5) Monitoramento Eletrônico:** Os Secretários dos Estados de Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Sul, Paraná e Paraíba, ficaram responsáveis pelo acompanhamento dos projetos de monitoramento eletrônico dos presos. **6) Liberação de Recursos:** o Ministério Público Federal, na pessoa da Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, Dra. Gilda Pereira de Carvalho, comprometeu-se a realizar gestões junto ao Governo Federal, no sentido de reforçar junto aos órgãos da União, sobre a importância da liberação de recursos para solucionar a falta de vagas para aproximadamente 100.000 encarcerados que estão recolhidos de forma irregular

no Brasil. **7) Bloqueadores de Sinal de Telefone Celular:** Foi sugerido que as operadoras de telefonia celular deverão ser chamadas para apresentar formas de bloquear áreas prisionais a partir da própria operadora. Prosseguindo, foi dada a palavra ao Dr. Gelson Treiesleben, Superintendente dos Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul, que perguntou aos presentes, sobre a possibilidade das operadoras de telefonia celular passarem a ser responsáveis pelo bloqueio de sinal nos presídios. A Representante do Ministério Público Federal respondeu dizendo que a idéia é boa e que merece ser levada adiante. Afirmou que vai consultar a ANATEL a respeito. Prosseguiu afirmando que irá monitorar diretamente os compromissos assumidos na Reunião, em nome do respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana. O Diretor do DEPEN-MJ tomou a palavra e comprometeu-se com o CONSEJ, a aproximar-se mais da discussão com os Estados. Finalmente foi decidido que a próxima Reunião será sediada em Brasília, tendo o DEPEN-MJ se prontificado a prestar o apoio logístico à realização do encontro. Nada mais havendo a ser tratado o Presidente encerrou a Reunião. Do que, para constar, eu Carlos Lélcio Lauria Ferreira lavrei a presente Ata, que vai assinada pelo Presidente e pelos demais Conselheiros deste Conselho Nacional de Secretários de Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária.